

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Presidente do Conselho
J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MAURO GUIMARÃES — Diretor

MARCOS SÁ CORRÉA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Executivo

AUGUSTO NUNES — Editor Executivo

Cerimônia do Adeus

O presidente Sarney não superou as limitações políticas que levou para o exercício do cargo. Elegeu-se como vice de um candidato oposicionista que reunia em sua personalidade todos os requisitos para desempenhar um mandato de confiança, apesar da eleição indireta. A nação havia demonstrado vontade de eleger pelo voto direto o presidente da República com a incumbência de fazer a transição.

A morte de Tancredo Neves não fez a revisão do engano jurídico de dar posse a um vice que, não tendo a quem suceder, pois o presidente não se empossou, ocupou um lugar a que não tinha direito. Com a intervenção cirúrgica do presidente, horas antes da cerimônia de posse, levantou-se uma discussão restrita para decidir politicamente a questão. Cabia ao presidente da Câmara assumir interinamente o poder, e convocar no prazo legal a eleição presidencial. A decisão política optou, no entanto, pela posse do vice-presidente, na expectativa de que, depois de recuperado, o presidente assumisse a função.

Não houve, no entanto, como voltar atrás do erro. Faltou franqueza. O vice continuou no lugar do presidente, apesar da anomalia que era um sucessor por hipótese tomar posse de um lugar onde poderia apenas suceder o titular. Ficou subjacente a questão da legitimidade. O primeiro ano do mandato, que o próprio presidente Tancredo Neves declarou ser de quatro, transcorreu sob o efeito paralisante da morte surpreendente e do temperamento do vice. O ministério era o do presidente morto. Só ao iniciar-se o segundo ano, começaram as mudanças. Amigos predominaram na composição do governo. A inflação exauriu a confiança nacional e reclamava atos de coragem e decisão que tardavam.

O governo acabou sem alternativa e arriscou tudo no plano cruzado. Declarada extinta a inflação, e congelados os preços e salários, a economia ficou à espera das medidas saneadoras que aliviassem o orçamento dos gastos excessivos e das emissões para cobrir os rombos. Em vão. Mesmo quando, depois de três meses, os efeitos perniciosos do congelamento de preços passaram a pressionar os custos, o consumo se manteve acima da média. A escassez provocou a alta de preços e, dado o congelamento, criou-se o mercado negro.

Nem assim o governo reviu os pontos de estrangulamento. As reservas cambiais foram consumidas na importação de mercadorias que a produção nacional não conseguia atender mais. O governo prolongou o congelamento e escondeu com artifícios baratos uma ilusão de consumo que lhe valia os aplausos fáceis dos enganados. Até que, terminada a eleição, o PMDB colheu todas as vantagens do engano econômico e sobrou para o governo a impopularidade: a credibilidade caiu do mais alto ao mais baixo índice nas pesquisas. E o governo jogou a pior cartada da visão profundamente equivocada: declarou unilateralmente a moratória na dívida externa, que o inviabilizou definitivamente. A Constituinte começou a trabalhar sobre as ruínas do plano cruzado.

No final do ano, a Comissão de Sistematização optou pelo mandato presidencial de quatro anos para a transição. A decisão foi o resultado de uma reação ao fato político criado inadvertidamente pelo próprio presidente Sarney, que depois de mandar por escrito ao Congresso a sua concordância com o mandato de quatro anos, proposto por Tancredo Neves, pressionado por uma ala palaciana veio a público reivindicar cinco anos.

O quadriênio é, no entanto, o mandato mais condizente com a melhor tradição republicana, pois foi ele que vigorou de 1891 a 1930. O mandato de cinco anos, adotado em 1946, não melhorou em nada o desempenho dos governos, nem removeu a desconfiança que rondou todos os eleitos. Não se revelou mais estável o mandato de cinco anos, adotado como uma alternativa para a recusa da reeleição.

Ora, o Brasil já está maduro para voltar aos quatro anos e admitir uma reeleição: se um governante se distinguir pelo desempenho, poderá ser reeleito e continuar sua obra. Se não for eficiente cederá o lugar a

Aécio / 15

Editorial

outro, que por sua vez se submeterá ao teste de eficiência. É o caminho da estabilidade e da normalidade.

O presidente Sarney (menos ele do que um grupo áulico) procurou criar um clima de ressentimento e envolvê-lo em demonstrações de descontentamento. Se possível, e de preferência, numa situação de confronto com a Assembléia Constituinte. Não é um ato de lucidez política gerar uma atmosfera inamistosa numa fase de transição, como recurso para prolongá-la e impedir, de fato, que se possa cumprir a vontade dos cidadãos interpretada pelos constituintes: eleger o presidente da República, pelo voto direto, este ano.

Pelo lado do ressentimento, não foi possível transformar o presidente em vítima. O governo entrou no seu presumível último ano de mandato sem reserva de credibilidade política e administrativa. Nenhum eleitor entendeu como ato pessoal contra o presidente Sarney a fixação de um mandato de quatro anos para a transição. Os constituintes, exprimindo a nação, entenderam que o centenário da República deve transcorrer sob um presidente eleito pelo voto popular.

A ala dos áulicos ambiciosos, no entanto, tem conseguido movimentar relativamente o presidente no jogo da crise. O presidente não demonstra, entretanto, a suficiente convicção de que possa remar contra a História, criando tempestades. Os fomentadores do choque mudam de acordo com necessidades táticas fora do seu controle. Uma hora querem a decisão do mandato, outra querem adiá-la. Os argumentos também mudam de acordo com as circunstâncias.

Não faz o menor sentido, no entanto, o esforço concentrado para soprar medo na Constituinte. O presidente Ulysses Guimarães foi recebido apoteoticamente pela Constituinte por ter sido intérprete do sentimento de soberania que une os constituintes por instinto de sobrevivência.

Não é uma questão pessoal o mandato de quatro anos. Trata-se de uma questão de princípio, abonada pela primeira república. Tem a seu favor uma contagem de tempo maior do que o mandato de cinco anos adotado na Constituição de 46. A opção foi feita levando em conta essas duas medidas já experimentadas na prática.

A atual Constituinte adotou o princípio da maioria absoluta, cuja ausência tornou o regime de 46 prisioneiro de crises cíclicas que terminaram por esgotá-lo. Estabelecida a maioria absoluta, nenhum candidato chegará a presidente da República sem contar com maioria política suficiente para impedir qualquer contestação legal ou não. Se não ocorrer no primeiro escrutínio, em caso de haver mais de dois candidatos, os dois mais votados se submeterão a um segundo teste um mês depois.

A garantia serve para afastar, desde já, os manipuladores de um medo que lança mão de candidatos hipotéticos como recurso para aliciar covardes e adiar a sucessão presidencial. Ora, não será adiando eleições que o Brasil encontrará a estabilidade e a normalidade política, decorrentes da falta de legitimidade. Não há quem possa desconhecer a convicção que os brasileiros demonstram de que o voto direto dá ao presidente eleito condições de resolver os problemas, e aos cidadãos que vão votar a campanha permitirá conhecer e discutir as soluções de cada candidato.

Eleições devem ser, portanto, vistas como fator de normalidade. E a maioria absoluta como reforço. A conversa perigosa que envenena o governo não convence a sociedade. Por isso é perigosa. O presidente Sarney tem às maos o exemplo de que a normalidade é o melhor caminho para um governo que nada tem a oferecer, e que perdeu três anos. Sem alarde e sem qualquer ilusão de grandeza, escolheu um ministro da Fazenda e um do Planejamento que desde logo conquistaram a confiança geral, porque souberam captar o anseio nacional de normalidade. Não prometeram salvação, mas a verdade — inclusive o reconhecimento dos erros cometidos antes.

O presidente pode fechar com chave de ouro a sua biografia, mesmo sem grandes obras, garantindo a transição curta e assegurando a normalidade. Vale mais do que fumaças de grandeza áulica.